SETOR INFORMAL EM NATAL: ESPAÇO DE POLÍTICAS PÚBLICAS*

Maria das Graças Figueiredo da Luz**
Maria das Graças de M. Venâncio Paiva***
Paulo Ney Silva Bulhões****

1. Controvérsias teóricas sobre o setor informal; 2. Procedimentos metodológicos; 3. Caracterização do setor informal de Natal; 4. Formas de inserção da população estudada; 5. Políticas públicas para o setor informal.

Formas de inserção informal no mercado de trabalho. Revisão de literatura sobre o assunto. Identificação de categorias de trabalhadores. Tipos de políticas passíveis de implementação. Unidades produtivas informais.

Palavras-chave:
Setor informal da economia; categorias de trabalhadores informais; ocupações informais; unidades produtivas informais.

1. *Controvérsias teóricas sobre o setor informal*

Sabe-se, através da literatura existente sobre o assunto, que o setor informal do mercado de trabalho é típico dos países chamados de "Terceiro Mundo", sendo que, na América Latina, os estudos sobre esse setor da economia tiveram início a partir de missões empreendidas pela Organização Internacional do Trabalho–OIT – na década de 70.

Essas missões tinham como argumento que tal como foi constatado no Quênia, África, parte da força de trabalho latino-americana encontrava-se ligada a atividades autônomas ou organizadoras em escala mínima e seria viável preservá-las e expandi-las por meio de apoio governamental.

A partir daí, delinearam-se no meio acadêmico duas correntes, uma favorável à posição tomada pela OIT e outra criticando as propostas de políticas públicas voltadas para o incentivo ao setor informal, por considerá-las, apenas, protecionistas.

Na verdade, o que ficava evidente era que a própria lógica estrutural do processo de acumulação nos países de capitalismo tardio e dependente criava e recriava formas capitalistas e não tipicamente capitalistas de produção, configurando os tra-

* Publicado originariamente nos *Anais do XII Encontro Anual da Anpad*. Águas de São Pedro, São Paulo, 1989.

** Professora no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

*** Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UFRN. (Endereço da autora: Rua Zacarias Monteiro, Bloco A, apto. 603 – Parque das Serras – Morro Branco-Natal, RN.)

**** Professor no PPGA/UFRN.

balhadores informais diferentes dos assalariados quanto ao modo particular de inserção nas estruturas produtivas.[1]

Essa perspectiva é adotada por alguns autores, tais como Lúcio Kowarick, Paulo Renato de Souza e outros, quando afirmam que a lógica estrutural única do processo de acumulação de capital desses países propicia a criação e a recriação de formas capitalistas e não-capitalistas de produção.

Estudos mais recentes têm trazido outras contribuições inovadoras. Em pesquisa realizada por Beatriz Melo,[2] a autora subdividiu o setor informal em três categorias: a) os contraventores (participantes de negócios ilegais); b) os sonegadores (incluindo empresas formais que mantêm trabalhadores na informalidade e ainda os empregados que realizam trabalhos por fora), e c) os "legítimos", que correspondem aos trabalhadores que garantem a complementação da renda. Em outro trabalho, de autoria da professora Maria Cristina Cacciamali,[3] a autora chama a atenção para o fato de que no Brasil o setor informal é fruto não só da situação macroeconômica, mas também da legislação fiscal e trabalhista.

Desse modo, podem-se constatar as diferentes formas de ver um fenômeno que é real e merece mais atenção por parte do Estado, no que se refere às políticas públicas.

De acordo com dados constantes da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), a chamada economia subterrânea absorveu, em 1983, 53% da população economicamente ativa (PEA) do Brasil.

Fora do âmbito acadêmico o setor informal é visto, inclusive, como resultado da reação à crise econômica e fuga da elevada carga tributária imposta pelo Estado, tendendo até a se expandir.[4]

Reflexões sobre estudos já efetuados quando da elaboração das dissertações de mestrado de dois dos autores do presente trabalho, além das discussões levadas a efeito na equipe de pesquisa e contato com dados primários e secundários, levaram a considerar a extrema pertinência da posição teórica de Mathias e Salama para a análise da particularidade do setor informal de Natal.

Com base em resultados de estudos efetuados pela OIT na Colômbia, esses autores admitem que o setor informal não pode ser tido como exército industrial de reserva, nem regulador de salários do setor formal. Optando pela denominação de mercadorias ao invés de bens, eles aceitam uma certa monetarização no mesmo, incipiente divisão de trabalho e trabalho em série, o que designaram "taylorismo sem capitalismo", além de uma estreita articulação entre os dois setores.

Para eles, a relação orgânica entre os dois setores de "alimentação/retroalimentação" assemelha-se ao papel das zonas francas em relação às multinacionais, seja pela realização de produção em certos segmentos em condições de extrema exploração, seja pela gestão mais livre da força de trabalho, venda de mercadorias a ambos os setores e até articulação com o comércio ilegal.[5]

Aliás, estudos efetivados na Bahia e publicados em 1971 já chamavam a

[1] Kowarick, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

[2] Melo, Beatriz. *Economia subterrânea*, 1985.

[3] Cacciamali, Maria Cristina. *Setor informal urbano e formal de participação na produção*, 1983.

[4] *Gazeta Mercantil*, Salvador, 26. dez. 1988.

[5] Mathias, Gilberto & Salama, Pierre. *O Estado superdesenvolvido das metrópoles do Terceiro Mundo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

atenção para a utilização do referencial marxista para efeitos metodológicos, por propiciar o entendimento da marginalidade tendo como determinante a acumulação de capital. No entanto, atentavam para o fato de que as formas do "exército industrial de reserva" não são sempre as mesmas; aliás nunca são as mesmas.

1.1 Categorias de trabalho informal

A preocupação deste trabalho estará restrita a identificar as formas de trabalho informal de Natal.

Na teoria consultada, achou-se o esquema sugerido por Kowarick[6] o mais compatível, desde que se fizessem algumas alterações. Segundo esse autor, os trabalhadores informais podem ser caracterizados como integrantes de três segmentos:

a) um primeiro segmento compreende os trabalhadores que se encontram nas unidades produtoras artesanais e indústrias domésticas, ou seja, as chamadas "indústrias de fundo de quintal", onde não há ruptura entre trabalhadores e instrumentos de produção, a tecnologia usada é rudimentar, o nível de capitalização é baixo, há uma incipiente divisão técnica do trabalho e as relações de trabalho não podem ser tidas como capitalistas no seu sentido puro;

b) um segundo segmento abrange os autônomos e biscateiros, com ocupações ligadas ao setor terciário, desempenhando tarefas de pouca ou nenhuma especialização e vendendo produtos ou serviços a baixos preços, submetendo-se a jornadas incompletas ou prolongadas;

c) enfim, o terceiro segmento é configurado no mercado informal pelos trabalhadores que participam do sistema produtivo de forma intermitente, sendo absorvidos ou rejeitados conforme as oscilações dos ciclos econômicos. Embora do ponto de vista formal e jurídico pudessem ser tidos como autônomos, esses trabalhadores são mais bem caracterizados como produtores individuais independentes, porque são bastante afetados pela dinâmica dos processos econômicos estruturais ou conjunturais. Integram esse segmento os trabalhadores sazonais e ocasionais.

2. *Procedimentos metodológicos*

Foram selecionados oito dos 28 bairros oficialmente reconhecidos da cidade de Natal. [7] Na seleção dos bairros foram considerados os critérios de predominância de renda familiar de até sete salários mínimos e que possuem pelo menos duas favelas com mais de 50 mocambos cada. Os bairros selecionados foram: Felipe Camarão, Mãe Luíza, Bom Pastor, Dix-Sept Rosado, Santos Reis, Rocas, B. Nordeste e Alecrim.

3. *Caracterização do setor informal de Natal*

Natal não se diferencia dos demais centros urbanos do Nordeste quanto à ocorrência de condições apropriadas à manutenção de formas tradicionais de inserção marginal e ao aparecimento de novas formas não-capitalistas.

Com uma população total de 523.500 habitantes, conforme projeções feitas pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico – IDEC – 1985 (censo de

[6] Kowarick, Lúcio. op. cit.

[7] O *paper* deriva da pesquisa *Diagnóstico do setor informal de Natal*, coordenada pela Profª Maria das Dores Costa, da qual participaram os autores.

1980), e uma população economicamente ativa de 189.200 pessoas naquele ano, o que representava cerca de 46% da população de 10 anos e mais, essa capital tem uma economia baseada na pouca representatividade da agropecuária, que absorvia 2.552 pessoas da força de trabalho; em atividades industriais, que não se destacam como geradoras de emprego, absorvendo naquele ano 58.508 pessoas, e 128.140 pessoas integradas ao comércio e serviços.

Em 1980, a PEA de Natal se distribuía da seguinte forma: a) 1,6% estavam ocupados na agropecuária, extração vegetal e pesca (primário); b) 25,49% engajadas em atividades industriais, ou seja, em indústrias têxteis, de confecções e produtos alimentares, indústrias extrativas e construção civil; c) 70,41% engajadas no comércio e serviços – precisamente no comércio de mercadorias, transportes e comunicações, prestação de serviços, administração pública, atividades sociais e outras. Naquele ano foram identificadas 3.712 pessoas procurando emprego, o que representava 2,50% da PEA total.

Como em outros centros urbanos latino-americanos, a urbanização de Natal não decorreu da industrialização, mas das seguintes razões: a elevada participação da PEA no setor terciário decorre da pouca representatividade da indústria e da consolidação da capital como centro político-administrativo e de defesa nacional, devido à posição estratégica que o Estado ocupa no território nacional. A cidade de Natal congrega bases militares da Marinha, Exército e Aeronáutica; conseqüentemente, a PEA é constituída basicamente por funcionários públicos, militares, bancários, profissionais liberais, comerciantes e trabalhadores marginais. Existe também a parcela de pessoas ligadas às atividades recém-exploradas no Estado, como, por exemplo, o petróleo e o turismo, além dos trabalhadores da indústria fabril e construção civil.

Os dados disponíveis sobre o Rio Grande do Norte acusam uma evolução no terciário, como setor absorvedor da PEA, e uma estagnação na composição do produto interno bruto - PIB. Natal não foge, portanto, à característica típica do setor serviços no Brasil: baixa capitalização e abundante oferta de mão-de-obra.

4. *Formas de inserção da população estudada*

4.1 Perfil dos trabalhadores informais

Das 4.167 pessoas entrevistadas, apenas 1.472 (35,3%) estavam ocupadas, sendo que 1.100 (74,7%) tinham apenas uma atividade no setor informal, 298 pessoas (20,2%) trabalhavam apenas no setor formal e 74 (5,0%) exerciam atividades nos dois setores. Nesse caso, cerca de 79,7% da população pesquisada encontravam-se ligados ao setor informal.

Considerando a renda líquida média mensal e individual obtida nos setores formal e informal, de acordo com faixas de salário mínimo (o salário mínimo vigente em 1986, época da pesquisa de campo, equivalia a Cz$ 804,00), os dados percentuais revelam que, nos dois setores, em mais de 50% das ocupações auferia-se uma renda de até dois salários mínimos. Constata-se uma tendência favorável ao setor informal, onde uma proporção menor de pessoas, 66,3%, situa-se na faixa de dois salários mínimos, contra 78,5% no formal. Entretanto, essa vantagem é aparente, ou seja, o setor informal encontra-se em nítida desvantagem tanto em relação à maior carga de trabalho a que está submetido, quanto ao fato de estar à margem de qualquer garantia trabalhista e seguridade social (carteira assinada, direito à Previdência Social, férias, 13º salário, etc.).

A determinação das remunerações de trabalhadores depende das próprias ocupações, de certos atributos como sexo, idade, grau de escolaridade e outras qualidades pessoais, bem como da própria heterogeneidade da estrutura econômica. No caso do Nordeste, e de Natal, em particular, as remunerações das atividades informais denunciam muito mais as relações de trabalho propiciadas pelas condições estruturais existentes, sendo, também, comuns ao setor formal. Em 1985, 80,4% do conjunto da PEA da capital analisada percebiam até três salários mínimos.[8]

Observou-se uma prevalência de pessoas jovens nas faixas etárias entre 10 e 39 anos, representadas por cerca de 52,7% do total, constatação essa semelhante à de outros estudos efetuados em capitais do Nordeste.[9] Na verdade, isso mostra que os novos investimentos realizados não conseguem absorver parcela considerável da PEA da região; foram projetos inexpressivos em termos de geração de postos de trabalho, sendo que alguns desarticularam atividades tradicionais.

Considerando o nível de escolaridade da população pesquisada, cerca de 54,7% se encontravam nas faixas que incluía desde os não-alfabetizados até aqueles que assinavam apenas o nome, os alfabetizados e os que possuíam o 1º grau incompleto.

Quanto à questão da migração, mesmo não admitindo a relação linear entre esse fenômeno e o setor informal, comprovou-se que 56,7% da população eram de migrantes provenientes de municípios do Rio Grande do Norte.

4.2 Categorias de trabalho informal

Como já foi destacado, decidiu-se por uma metodologia que, tomando por referência Kowarick, reflete as especificidades da situação analisada, bem como a idéia de sugerir políticas públicas de apoio ao setor informal. Por sua vez, alguns critérios nortearam a segmentação da população pesquisada:

a) consideraram-se como "unidades produtivas" os trabalhadores que produzem e/ou vendem mercadorias e serviços, na maioria das vezes, no próprio domicílio e que declaram endereço da unidade produtiva informal-UPI coincidente ou não com a própria morada;

b) foram identificados como trabalhadores intermitentes aqueles que admitiram interrupção no exercício da ocupação por meses ou semanas, tendo por causa a falta de trabalho;

c) consideraram-se como trabalhadores autônomos e biscateiros aqueles que não se enquadram nos dois critérios citados, ou seja, nem afirmaram estarem estabelecidos e nem que ocorresse descontinuidade no exercício das ocupações.

Na tabela 1 tem-se a distribuição da população pelos segmentos considerados.

Predominaram os trabalhadores autônomos e biscateiros, com 59,8% do total, tendência essa manifestada em outros estudos realizados em capitais do Nordeste sobre o setor informal. Em seguida, destacaram-se as unidades produtivas informais com 22,7%, ficando os trabalhadores considerados intermitentes com 17,3%.

No segmento trabalhadores autônomos e biscateiros encontrou-se desde aqueles trabalhadores por conta própria mais qualificados, em ocupações que lhes propiciam autonomia e auferimento de remuneração um pouco mais elevada, até os diversos casos de biscates, desde o "biscateiro profissional" até o ajudante.

[8] PNDA, 1985.

[9] Destacam-se os estudos de Clóvis Cavalcante e Renato Duarte sobre o setor informal de Fortaleza, Salvador e Recife.

Tabela 1
Formas de inserção da população estudada no mercado de trabalho informal conforme segmentos

Segmentos	Freqüência absoluta	Freqüência relativa
Unidades produtivas informais	272	22,7
Artesanato e indústria no domicílio	69	5,8
Pequeno comércio estabelecido	132	11,1
Prestação de serviços	71	5,9
Trabalhadores autônomos e biscateiros	714	59,8
Trabalhadores intermitentes	207	17,3
Total	1.193	100,0

Os dados relativos à posição dos trabalhadores informais dentro da atividade que desempenham no setor informal servem para reforçar o predomínio do biscateiro/serviços prestados, representado por 55,0%, coeficiente que se aproxima do encontrado quanto aos trabalhadores autônomos e biscateiros.

Enquanto para se estabelecerem torna-se necessário um capital mínimo, representado muitas vezes por um espaço físico, a condição única para o exercício do serviço prestado e do biscate consiste na posse dos instrumentos dos chamados "ajudantes".

As demais posições dos trabalhadores dentro das atividades que exercem – assalariado sem carteira, 9,0%; membro da família sem remuneração, 2,0%, além dos proprietários autônomos (34,0%) – deixam patente a situação de instabilidade e incerteza quanto ao ganho desses trabalhadores. No caso dos biscateiros/serviços prestados as condições de trabalho são precárias, sendo comuns as jornadas extensas e irregulares e a manutenção de uma rede de contatos com a clientela.

Quanto às UPI, apesar de elas terem representado apenas 22,7% do universo pesquisado, observações *in loco* nos bairros pesquisados demonstraram o predomínio desses estabelecimentos em certos bairros. Tal fato conduziu à proposição de políticas compensatórias, como se destacará no decorrer deste artigo.

4.3 Principais ocupações identificadas

1. Unidades produtivas informais. Dentre as ocupações correspondentes ao segmento *unidades produtivas informais*, a maior incidência recaiu sobre o pequeno comércio estabelecido, que abrangia 48,5% dos trabalhadores identificados nas UPI, compreendendo desde os comerciantes não-especificados, bodegueiros, "donos de mercearias", a vendedores dos mais diversos produtos, tais como alimentos, inclusive aqueles de fabricação caseira.

Possivelmente as "bodegas" identificadas e o comércio não-especificado abrangem também os botequins/botecos, além das próprias bodegas ou mercearias. Nessas UPI é comum a venda simultânea de bebidas alcoólicas e produtos de consumo imediato, servindo de postos de abastecimento aos mais pobres.

Sobressaíram ainda, dentre as ocupações das UPI ligadas ao comércio, os sucateiros e os vendedores de confecções.

Em relação ao artesanato e a indústria no domicílio, que representou cerca de 25,3% do total da UPI, a ocupação predominante foi a das costureiras, que representou 13,2% do total das UPI. Sobressaíram, ainda, os artesãos. As demais ocupações identificadas no artesanato e na indústria no domicílio mostraram não somente a heterogeneidade do setor mas, sobretudo, o potencial do segmento como objeto de políticas públicas. Foram identificadas tanto ocupações tradicionais (fogueteiro, funileiro, rendeira, etc.) como algumas que exigem uma certa qualificação – costureira, alfaiate, marceneiro e outras que comprovam o frágil limite entre uma UPI informal e uma microempresa – fabriqueta de mosaico de "fundo de quintal", entre outras.

Um aspecto bastante claro no artesanato e indústria no domicílio foi o predomínio das mulheres – cerca de 66,0% em relação ao total, sendo a maior ocorrência a de bordadeiras, crocheteiras, doceiras, marmiteiras e redeiras (fabricantes de redes).

Quanto à prestação de serviços, que representou 26,1% do total das UPI, as ocupações ligadas à estética e a beleza tiveram um maior peso (13,2% das UPI) além das ocupações próprias de manutenção e reparação de automóveis – borracheiros, capoteiros, lanterneiros, mecânicos, que chegaram a representar 5,1%. As demais ocupações se ligam à prestação de serviços variados, alguns tradicionais – relojoeiros, fotógrafos, etc. – e outros mais modernos – consertos de gravador de fita K7.

Ficou visível, ainda, nas ocupações das UPI prestadoras de serviços, a participação daquelas ligadas à recuperação de objetos – automóveis, objetos domésticos e de uso pessoal ou, então, serviços ainda não cobertos pela produção em série – escola de datilografia, professor particular, etc.

Como muitas das ocupações das UPI coincidem com aquelas correlacionadas com a dos trabalhadores autônomos e biscateiros, observa-se que a principal distinção consiste no estabelecimento, num espaço físico, podendo ser ou não a moradia do dono.

2. Trabalhadores autônomos e biscateiros. Quanto aos trabalhadores autônomos e biscateiros, verificou-se uma grande heterogeneidade. Sobressaíram, mais uma vez, as ocupações de vendedores e comerciantes, que representavam 8,4%, sendo a maior incidência a dos vendedores ambulantes – das mais variadas mercadorias. Incluindo os camelôs e feirantes, a participação do comércio elevou-se para 22,8%. A participação das empregadas domésticas nas suas várias modalidades, no entanto, salientou-se das demais com 26,1%. Ressaltaram, ainda, as ocupações vinculadas à construção civil (11,7%) e à mecânica de automóveis (3%), além dos aprendizes e ajudantes de ofícios, as quais exigem uma qualificação mínima, como também os trabalhadores braçais sem a mínima qualificação, sobreviventes no biscate.

3. Trabalhadores intermitentes. A maior representatividade das ocupações detectadas como intermitentes é dos trabalhadores da construção civil – pedreiros, mestres-de-obras, pintores, armadores e serventes, que absorviam 44,4% do total desse segmento. Em seguida, o maior destaque coube aos empregos domésticos, com 12,5%, e aos vendedores ambulantes, com 8,2% (de geléia, peixe, redes, salada de frutas, entre outros).

Nesse segmento foram encontradas muitas ocupações que exigem certa qualificação (marceneiro, eletricista, enfermeiro, estofador, etc.) e outras tipicamente do setor formal da economia (balconista, comerciário, cobrador de prestações), bem como trabalhadores braçais (descarregadores, ajudantes de caminhão, etc.).

Uma inferência que se pode fazer quanto aos trabalhadores intermitentes diz respeito à situação mais precária e instável. Na realidade, a representatividade das ocupações tipicamente sazonais não foi significante, donde se deduz que esses trabalhadores, na sua maioria, são os rejeitados pelas organizações capitalistas.

5. *Políticas públicas para o setor informal*

As opiniões sobre políticas públicas para o setor informal são divergentes, como já foi ressaltado. Tal opção acontece até mesmo entre aqueles que crêem na sua relação orgânica com o setor formal.

Para alguns, só são válidas políticas de apoio ao setor informal quando ocorre geração de riqueza na economia organizada formal, pois a acumulação seria a principal força propulsora para expandir também o setor informal. Caso contrário, o setor informal seria uma designação a mais para a pobreza urbana.

Para outros, existindo um setor informal real é preciso adotar políticas de apoio mesmo que essas sejam compensatórias, como acesso aos fundos de investimentos ou de capital de giro, efetivação de gastos públicos nas UPI informais, apoio ao associativismo entre trabalhadores informais, dentre outros.

Dadas as peculiaridades da economia urbana de Natal, os trabalhadores informais identificados correspondem à pobreza urbana, embora haja categorias que extrapolam essas condições – como é o caso de algumas UPI.

Enfim, a partir dos dados disponíveis há possibilidades de adoção de políticas por parte da Prefeitura Municipal de Natal, do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa – CEAG/RN e de outros órgãos setoriais.

A partir dos dados disponíveis é possível elaborar projetos de apoio ao setor informal, sem perder de vista que a problemática de emprego e renda no Nordeste exige políticas públicas mais abrangentes.

Quanto às unidades produtivas informais – UPI, essas devem ser objeto de estudo mais criterioso.

Percebe-se a fragilidade das UPI enquanto desprovidas dos recursos das empresas modernas e, no entanto, desempenhando um papel social fundamental como *locus* de sobrevivência de uma parcela significativa da população pesquisada.

A análise dos dados suscitou questões que extrapolaram o objeto de estudo original, destacando-se o interesse em entender a racionalidade, o processo de trabalho e a articulação com outras UPI e/ou com empresas organizadas formalmente. Tal fato revelou uma área de estudo não coberta pela teoria das organizações.

O estudo das UPI de Natal preencheria essa lacuna, na medida em que não se havia analisado, até então, se essas copiam padrões de empresas nitidamente capitalistas ou desenvolvem mecanismos específicos quanto à divisão do trabalho, ao processo produtivo, às articulações mantidas com as organizações formais e aos esquemas de comercialização, entre outros.

A constatação de que essas UPI estão presentes na economia urbana de Natal, principalmente nos bairros de baixa renda, e que algumas atividades demonstram potencialidade quanto à melhoria das condições de vida do contingente de trabalhadores nelas inseridas suscita futuros estudos. O limite que separa as UPI das microempresas é tênue, podendo muitas delas se expandirem.

Summary

THE INFORMAL SECTORN IN NATAL SPACE OF PUBLIC POLICIES

The study indentifies forms of unconventional insertion into the labour market of Natal (RN). A research was conducted, involving eight districts selected under previously defined criteria, such as low income and the existence of *favelas* (slums).

The available literature on the subject was reviewed, in an attempt to establish a definition of categories of workers; to reach this objective, the authors readapted a methodological scheme suggested by Lucio Kowarick. Accordingly to the specific features of the situation under analysis, it has been possible to identify autonomous workers and odd-jobbers (59%) intermitent workers (17,3%) and informal productive units (22%), the latter subdivided into arts of workmanship and home industrial arts, small established trade units and productive units for the rendering of services.

As to the type of suitable policies to be implemented in the informal sector, and effort was made to alleviate the controversy on the subject throught the presentation of a few suggestions.

Special prominence received the various modalities of informal productive units, an aspect which, due to the peculiarities of the northeastern economy, requires a more detailed study as atypical units that should get support from governmental agencies, among them the Cebrae (Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa – Brazilian Center for Support of Small and Medium-Sized Enterprise) itself.